

Meio ambiente

Como fica o Código Florestal

ELABORADO EM 2005 pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o PL 6.424 já foi aprovado no Senado e atualmente se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Um de seus objetivos é permitir que 30% das Reservas Legais na Amazônia possam ser recompostas com espécies exóticas ao ecossistema amazônico, incluindo as palmáceas.

De acordo com o Código Florestal (Lei 4.771/65) brasileiro, é considerada Reserva Legal, dentro de cada propriedade, uma área mínima determinada de vegetação nativa que cumpra a função ecológica de *habitat* para a biodiversidade e/ou fornecedora de serviços ambientais como estoque de produtos florestais, proteção do solo e corpos d'água, controle de pragas e incêndios e captação de carbono da atmosfera, entre outros.

A atual legislação brasileira estabelece que a área de Reserva Legal deva ser de 80% na Amazônia, 35% na região de cerrado que esteja nos estados da Amazônia Legal e 20% nas demais regiões.

Em defesa do PL 6.424 está a idéia de estimular os proprietários rurais a regularizar sua situação perante o Código Florestal. A flexibilidade do Código Florestal coloca contra o governo duas forças opostas. De um lado, os ruralistas, que dispõem de mais terras para ser cultivadas, e ambientalistas. De outro, os ambientalistas, temerosos com o risco do aumento de terras cultiváveis e do plantio de espécies exóticas, como o dendê.

O projeto estava previsto para ser votado no final de 2007, com destaque para pontos como a redução, na prática, da Reserva Legal na Amazônia, a possibili-

dade de manter bacias hidrográficas sem florestas (ao permitir a compensação da RL em outra bacia) e de transferir a elas a responsabilidade pelas florestas recompostas (ao sugerir a recuperação de áreas degradadas em terras de comunidades tradicionais). Após amplo processo de negociação, a votação foi adiada.

A situação ficou mais complicada com o Decreto 6.514, publicado em 22 de julho, que estabelece novas exigências e punições

a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). Entre as imposições, está o prazo de seis meses para averbação de Reserva Legal a partir da publicação do decreto, além de multas e embargos à comercialização de produtos agropecuários vindos de propriedades localizadas em áreas de proteção ambiental. Também prevê a demolição de obras que estiverem em locais de conservação do meio ambiente. No entanto, para o setor agropecuário, o texto do decreto é inconstitucional por indicar imposições não previstas em lei.

No fim de agosto, a CNA protocolou no Ministério do Meio Ambiente (MMA), documento assinado por 14 entidades ligadas ao setor produtivo e pela Frente Parlamentar da Agropecuária com sugestões de alterações ou supressões de vários dispositivos do decreto. O governo prometeu publicar outro decreto para alterar o texto do Decreto 6.514, mas as mudanças ainda não ocorreram. ■

A batalha ambiental e fundiária

Duas grandes quedas-de-braço sobre a polêmica questão da legislação ambiental e fundiária no Brasil aconteceram no final de ano:

Primeira: a disputa entre arroteiros e indígenas sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima;

Segunda: a definição do Código Florestal. São discussões difíceis e de natureza antiga, seja do ponto de vista teórico como do prático. Envolve aspectos históricos de usos e costumes da sociedade, de relação entre a posse e o uso da terra, de direito adquirido e de preservação do meio ambiente. No dia 9 deste mês, o Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento da ação popular que questiona a legalidade da demarcação contínua de 1,7 milhão de hectares da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana. Apesar de a maioria dos ministros ter votado a favor dos índios, o STF não deu a sentença final devido ao pedido de vista feito pelo ministro Marco Aurélio Mello. O julgamento deve

ser retomado em 2009, mas ainda não tem data marcada.

A reserva foi demarcada em 1998 e homologada em 2005, quando começou a retirada dos não-índios da região. Em 2008, a Polícia Federal foi chamada para ajudar na retirada de produtores de arroz. Um grupo de fazendeiros, índios e o governador de Roraima recorreram ao STF, pedindo a suspensão da operação federal. Em maio, o Supremo decidiu pela paralisação da operação até que fosse julgado o mérito das ações que contestam a legalidade da reserva.

Agora, neste mês, em 10 de dezembro, por meio do Decreto N° 6.686, de 10 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterou o Decreto n° 6.514/2008 e acresceu-lhe alguns dispositivos. Uma das principais medidas foi o aumento do prazo para a averbação em cartório de 20% da cobertura vegetal das propriedades rurais (Reserva Legal). Os proprietários que já haviam recebido multas e sanções, com a entrada em vigor da determinação, desde julho passado, serão anistiados. O assunto continua na pauta.